



## FEDERAÇÃO NACIONAL DOS MÉDICOS

### **A Gestão das Listas de Espera e o apagão organizado dos seus números**

Um órgão independente como o Tribunal de Contas, na avaliação que realizou ao sistema de acesso ao Serviço Nacional de Saúde, veio denunciar práticas fraudulentas que ocorreram em 2016 no Ministério da Saúde, a propósito da gestão das listas de espera para consultas e cirurgias hospitalares.

A FNAM, enquanto organização sindical que representa os interesses sócio-profissionais dos médicos, tem desenvolvido uma ação de total empenhamento, desde a sua criação, na defesa do SNS, tendo este desempenhado um papel insubstituível na prestação de cuidados de saúde ao universo dos portugueses, com a qualidade e, no essencial, com a prontidão exigível em função das condições de cada doente.

É por isso que verifica com grande indignação que a atual equipa ministerial não tem procedido de maneira a preservar e melhorar a organização e funcionamento dos serviços dela dependentes.

A denúncia do Tribunal de Contas de que se verificou a “eliminação administrativa de pedidos com elevada antiguidade, falseando os indicadores de desempenho reportados, é particularmente grave e exige explicações de quem autorizou e praticou esses atos.

É igualmente inadmissível que em vez de diminuírem os tempos de resposta para uma primeira consulta hospitalar eles tenham aumentado de 115 para 121 dias e o incumprimento dos tempos de resposta para a realização de cirurgias tenha passado de 7,4% em 2014 para 10,6% em 2016.

Esta situação não é um simples cálculo estatístico!

Esta situação tem consequências, muitas vezes irreversíveis, sobre a saúde de quem se encontra nestas situações, ao agravar o seu estado de doença.

Esta situação exige apuramentos de responsabilidades a todos os níveis.

É por essa razão que a FNAM exige do Ministério da Saúde que identifique exaustivamente todos os doentes que foram eliminados por via administrativa do sistema de gestão de listas de espera, a situação clínica em que se encontram atualmente e as medidas que vão ser acionadas para dar resposta a cada uma dessas situações.

É imperioso que o Ministério da Saúde apresente uma clara explicação pública sobre esta grave situação, quebrando o inadmissível silêncio a que se remeteu desde a denúncia divulgada há largos dias pelo Tribunal de Contas.

Se isso não acontecer, voltaremos a tomar uma posição pública.

Lisboa, 27/10/2017

**A Comissão Executiva da FNAM**